



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIRETORIA DE CONTRATOS**  
**COORDENAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

**CONTRATO Nº 83/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR MEIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO E A EMPRESA **ARKMEDS**  
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.**

A União, por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife, PE, CEP 50670- 901, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Reitor Alfredo Macedo Gomes, nomeado pelo *Decreto de 10 de outubro de 2023* da Presidência da República Federativa do Brasil, publicado no Diário Oficial da União nº 195, Seção 2, p. 1, de 11 de outubro de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1171268, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **ARKMEDS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.168.141/0001-50, sediada na Rua Professor José Vieira de Mendonça, 45, Lojas 1 e 3, Engenho Nogueira, Belo Horizonte, MG, CEP 31310-260, telefone: (31) 98494 0840, endereço eletrônico: [fernanda.alves@arkmeds.com](mailto:fernanda.alves@arkmeds.com), doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Júlio César Bragança da Matta Machado, conforme 5ª Alteração contratual acostada como **doc. 56** do processo adiante indicado, tendo em vista o que consta no **processo administrativo nº 23076.017980/2025-77** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Inexigibilidade de Licitação**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de “Sistema de Gerenciamento de Manutenção Computadorizado – CMMS (*Computerized Maintenance Management System*), com serviços de treinamento, suporte técnico, cadastro de ativos de infraestrutura física predial, a fim de atender às necessidades da Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura – SINFRA da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, para prestação de serviços de manutenção de espaços, sistemas e equipamentos do *campus* Recife da UFPE”, nos termos abaixo:

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação  
Aprovado pela Secretaria de Governo Digital  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão  
Atualização: AGO/2025

Item	Descrição	Unid	Quant	Prazo/mês
01	Implantação do Sistema de Manutenção, considerando: - Consultoria técnica para estruturação, modelagem de processos e procedimentos de manutenção, além de <i>Start-Up</i> do sistema; - Infraestrutura: Carga de dados iniciais (edificações, espaços e equipamentos). Desenvolvimento de personalizações para alinhamento com o fluxo definido pela CONTRATANTE, incluindo identidade visual. - Disponibilização de treinamento com acesso ilimitado	Serviço	1	1
02	Fornecimento de licenças mensais de acesso simultâneo para 40 usuários (perfis Mantenedor, Planejador, Fiscal e Gestor). Além de licenças ilimitadas para usuários Solicitantes e Visualizador BI	Serviço	1	12

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência, **doc. 29** do processo administrativo indicado no preâmbulo deste contrato;
- 1.2.2. A Proposta da CONTRATADA, **doc. 76** do referido processo administrativo;
- 1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses contados de 25/09/2025**, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 3.425,30 (três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 45.053,60 (quarenta e cinco mil, cinquenta e três reais e sessenta centavos)**, sendo devidos no primeiro mês da contratação o valor de R\$ 7.375,30 (sete mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), decorrente do acréscimo de R\$ 3.950,00 ao valor mensal, referente à implantação do sistema de manutenção, conforme abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant	Prazo/mês	R\$ unitário	R\$ Total
01	Implantação do Sistema de Manutenção, considerando: - Consultoria técnica para estruturação, modelagem de processos e procedimentos de manutenção, além de Start-Up do sistema; - Infraestrutura: Carga de dados iniciais (edificações, espaços e equipamentos). Desenvolvimento de personalizações para alinhamento com o fluxo definido pela CONTRATANTE, incluindo identidade visual. -Disponibilização de treinamento com acesso ilimitado	Serviço	1	1	3.950,00	3.950,00
02	Fornecimento de licenças mensais de acesso simultâneo para 40 usuários (perfis Mantenedor, Planejador, Fiscal e Gestor). Além de licenças ilimitadas para usuários Solicitantes e Visualizador BI	Serviço	1	12	3.425,30	41.103,60

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da **data da apresentação da proposta, ou seja, 04 de julho de 2025**, conforme **subitem 8.1** do Termo de Referência.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

São obrigações da CONTRATANTE, além das previstas no Termo de Referência:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o

contrato e seus anexos;

- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis.
- 8.12. Notificar o emitente da garantia quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no Termo de Referência:

- 9.1. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução

do contrato.

9.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada

de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica remotamente, em plataforma Web, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas, conforme **subitem 6.8** do Termo de Referência

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.25. Ceder à CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da contratação;

9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico,

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico para contratação de serviços/Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Aprovado pela Secretaria de Governo Digital

Identidade visual pela Secretaria de Gestão

Atualização: AGO/2025

insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **10. CLÁUSULA DEZ - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados



pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA ONZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade seguro-garantia, conforme apresentação da apólice nº 02-0775-1369460, proposta 5609068, expedida em 23/09/2025, pela Junto Seguros S.A., no valor de **R\$ 2.252,68 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme **subitem 4.49** do Termo de Referência.

11.2. A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **subitem 11.5** deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **subitem 11.6**, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.10.2. Como se trata da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, acompanhada de declaração da CONTRATANTE mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE;

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.14. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DOZE – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. A CONTRATADA comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), se:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

(2) Moratória de 0,7% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **13. CLÁUSULA TREZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante

ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA QUATORZE – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **15. CLÁUSULA QUINZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 15233/153095;
- II. Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;
- III. Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0026 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado de Pernambuco
- IV. Elemento de Despesa: 4490.40 – Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação;
- V. Plano Interno: M0083G0125N;
- VI. Nota de Empenho: 2025NE00072 (**doc. 62** do processo administrativo indicado no preâmbulo deste contrato).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 17. CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá À CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 18. CLÁUSULA DEZOITO– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Recife, 24 de setembro de 2025.

ALFREDO  
MACEDO  
GOMES:41972074  
415

Assinado de forma digital  
por ALFREDO MACEDO  
GOMES:41972074415  
Dados: 2025.09.24  
11:40:01 -03'00'


Alfredo Macedo Gomes  
Reitor  
Universidade Federal de Pernambuco  
**CONTRATANTE**

JULIO CESAR BRAGANCA DA  
MATTACHADO:09973639677

Assinado de forma digital por JULIO CESAR  
BRAGANCA DA MATTACHADO:09973639677  
Dados: 2025.09.24 10:47:52 -03'00'

Julio Cesar Bragança da Matta Machado  
Sócio-administrador  
Arkmeds Soluções Tecnológicas Ltda.  
**CONTRATADA**

## TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente  
 **FERNANDO BATISTA DOS SANTOS**  
Data: 24/09/2025 11:02:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1ª .....

2ª .....

## PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE

## Termo de Referência 8/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	153095-PREFEITURA DA CIDADE UNIVERSITARIA DA UFPE	DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA	05/08/2025 10:03 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	15/2025	23076.017980/2025-77

## 1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de Sistema de Gerenciamento de Manutenção Computadorizado - CMMS (Computerized Maintenance Management System), com serviços de treinamento, suporte técnico, cadastro de ativos de infraestrutura física predial, a fim de atender às necessidades da Diretoria de Manutenção da SINFRA para prestação de serviços de manutenção de espaços, sistemas e equipamentos do Campus Recife da UFPE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MESES	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	27502	Implantação do Sistema de Manutenção, considerando: <ul style="list-style-type: none"><li>• Consultoria técnica para estruturação, modelagem de processos e procedimentos de manutenção, além de Start-Up do sistema;</li><li>• Infraestrutura: Carga de dados iniciais (edificações, espaços e equipamentos). Desenvolvimento de personalizações para alinhamento com o fluxo definido pela CONTRATANTE, incluindo identidade visual.</li><li>• Disponibilização de treinamento com acesso ilimitado</li></ul>	Serviço	1	1	3.950,00	3.950,00
02	27502	Fornecimento de licenças mensais de acesso simultâneo para 40 usuários (perfis Mantenedor, Planejador, Fiscal e Gestor). Além de licenças ilimitadas para usuários Solicitantes e Visualizador BI	Serviço	1	12	3.425,30	41.103,60
VALOR TOTAL (R\$)							45.053,60

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que darão suporte à manutenção das atividades administrativas, da Superintendência de Infraestrutura, decorrentes das necessidades permanentes de manutenção da UFPE, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as questões abordadas no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A Universidade Federal de Pernambuco é uma instituição centenária, com amplo alcance no estado, na cidade do Recife está localizado o campus Joaquim Amazonas ocupando uma área de 139,68 hectares na chamada Cidade Universitária, onde estão localizados 09 centros acadêmicos, totalizando 348.898,15 m² de área construída, além de espaços externos no centro do Recife somando mais 105.593,51 m² de área construída.

3.2. No total tratam-se de mais de 500 edificações, nas mais diversas tipologias, idade e condições. Entre os usos temos, além de Parques de Equipamentos e Laboratórios de Pesquisa em variadas áreas de conhecimento, Prédios de Ensino, Bibliotecas, Residências Estudantis, Restaurante Universitário, Emissoras de Rádio e TV, Clínicas, Museus e Complexos de Eventos e Esportes.

3.3. A responsabilidade pela complexa tarefa de manutenção e conservação de todo o conjunto cabe à SINFRA. Dessa forma, visando garantir as condições necessárias para que a UFPE continue a prestação de seus serviços de excelência, oferecendo as condições adequadas para a inovação, para a geração de conhecimento de qualidade e formação dos profissionais, a utilização dos recursos de TI adequados é fundamental. Tais recursos são considerados essenciais ao desempenho das atividades institucionais.

3.4. O CMMS proporcionará à Diretoria de Manutenção tomar decisões técnicas com bases em indicadores, tais como definir as estratégias de manutenção que cada tipo de equipamento deve seguir, analisar o resultado previsto e realizado das manutenções, dentre outras ações. O sistema permitirá a inclusão de planos de manutenção de cada equipamento, mitigando o risco de perda de garantia de novos equipamentos por não seguir recomendações exigidas no manual de manutenção, bem como ajudará a prolongar da vida útil de equipamentos e instalações, impactando também em níveis de eficiência.

3.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- 3.5.1. ID PCA no PNCP: 24134488000108-0-000003/2025
- 3.5.2. Data de publicação no PNCP: 13/05/2024
- 3.5.3. Id do item no PCA: 568 e 569
- 3.5.4. Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- 3.5.5. Identificador da Futura Contratação: 153095-15/2025

3.6. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital (2024 a 2027) e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2025 da UFPE, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTOS AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
08	Promover uma política de sustentabilidade.

15	Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da Universidade.
16	Desenvolver a Gestão da Informação e implantar sistemas integrados de informação e comunicação robustos e consistentes que abranjam todas as áreas da instituição.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A2	Acompanhamento das contratações de TIC da universidade conforme requisitos da IN SGD/ME Nº 94.	-	100% das atualizações realizadas
A4	Contratos de serviços de TIC	-	6 ações (3 por ano)
A21	Acompanhamento das aquisições de TIC previstas nos Planos de Contratações Anuais (PCA).	-	100% dos processos atendidos
A24	Apoio técnico, manutenção e aprimoramento de sistemas de apoio	-	4 ações (2 por ano)

## 4. Requisitos da contratação

### Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Melhoria do atendimento dos serviços de prestados, com a devida análise de prioridades, impactando nos processos decisórios da Diretoria de Manutenção, baseados em indicadores, bem como em melhor apuração dos resultados atingidos com as contratações existentes.

4.1.2. Melhorar o acompanhamento dos serviços, a medição e geração de relatórios dos serviços prestados, podendo ser compartilhados através de dashboards.

4.1.3. Dar maior transparência aos processos de manutenção.

4.1.4. Contribuição para a sustentabilidade e redução de custos, através da minimização do uso de papel.

### Requisitos de Capacitação

4.2. A CONTRATADA deverá treinar os servidores e terceirizados da CONTRATANTE quanto à utilização, configuração e parametrização do sistema, com acompanhamento de engenheiro consultor para estruturação e modelagem de processos e procedimentos ao início da contratação.

4.3. O treinamento deverá ser disponibilizado em plataforma online, com materiais em língua portuguesa, possibilitando o acesso a qualquer momento por parte dos usuários, durante a vigência do contrato.

4.4. A CONTRATADA deve garantir atualização dos materiais de treinamento, inclusive de videoaulas, caso ocorram atualizações que acarretem criação ou modificação de funcionalidade.

### Requisitos Legais

4.5. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis.

### Requisitos de Manutenção

4.6. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela CONTRATADA, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.7. A CONTRATADA deve possuir suporte técnico com número ilimitado de chamados encaminhados via sistema Web (disponibilizado pela CONTRATADA) e alternativamente mediante atendimento telefônico, que pode ser um DDG 0800, ou e-mail, para esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas relacionados à configuração e uso dos componentes da solução.

4.8. O suporte técnico será prestado por toda a vigência contratual, mediante remuneração da CONTRATANTE, e consistem em:

4.8.1. Suporte técnico remoto, mediante atendimentos registrados em ferramenta fornecida pela CONTRATADA, para esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas relacionados ao uso do sistema de manutenção predial da CONTRATADA;

4.8.2. Orientações sobre uso e configuração do sistema. Bem como apoio na interpretação da documentação e metodologia de uso do sistema;

4.8.3. Estudo de questões relacionadas à integração de dados e sistemas;

4.8.4. Instalação de novas versões dos softwares sob licença, além do fornecimento de serviços de modo a manter sempre ajustada a operacionalidade do produto;

4.9. Eventuais problemas encontrados somente serão considerados resolvidos quando todas as funcionalidades estiverem integralmente operacionais. Ficará a critério do CONTRATANTE o aceite das soluções implantadas.

4.10. Se o problema for resolvido por meio de solução provisória, para qualquer nível de criticidade, a contratada deverá resolver definitivamente o problema no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da abertura do chamado. Eventuais prorrogações deste prazo deverão ser negociadas previamente com a CONTRATANTE, mediante apresentação de justificativas e plano de solução.

4.11. No primeiro dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE relação de todos os chamados atendidos no mês anterior e/ou relação de medidas de monitoramento executadas no período, com suas respectivas evidências de atendimento. De posse deste documento, a CONTRATANTE elaborará o Termo de Aceite dos serviços prestados.

### **Requisitos Temporais**

4.12. Os serviços devem ser iniciados no prazo máximo de 10 dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.12.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.13. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.14. A solução deverá:

4.14.1. Atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, observando ainda as normas e boas práticas do governo referente à segurança da informação, a exemplo da Instrução Normativa GSI n.º 1, de 27 de maio de 2020 e suas normas complementares, bem como a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

4.14.2. Garantir que, em qualquer hipótese, a Administração tem a tutela absoluta sobre os conhecimentos, informações e dados produzidos na plataforma.

4.14.3. Garantir a recuperação de dados em caso de interrupção dos serviços por falhas.

4.14.4. Garantir que os sistemas entregues à CONTRATANTE estarão livres de defeitos e de qualquer rotina maliciosa (vírus de computador) voltada para a danificação ou degradação de dados, hardware, software, ou outro similar. Se responsabilizando em restituir os prejuízos causados por seus softwares que porventura sejam constatados pela CONTRATANTE como “defeituosos”.

4.14.5. Em caso de falência ou qualquer dificuldade que leve a CONTRATADA não conseguir manter o funcionamento e ou a atualização do sistema, disponibilizar o código fonte devidamente documentado para permitir a manutenção do software. Além disso, a CONTRATADA deve disponibilizar a base de dados no SGBD.

4.14.6. Após o término do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE o banco de dados e backup da aplicação, assim como deixar instalados obrigatoriamente, eventuais softwares executáveis necessários para efeito de consultas e emissões de relatórios, ficando a CONTRATANTE ciente que não haverá atualizações dos artefatos.

4.15. A CONTRATADA deve comprometer-se a manter informações confidenciais no mais estrito sigilo sobre todos os dados, configurações, processos, fórmulas, rotinas e quaisquer outros objetos que venham a ser disponibilizados pelo CONTRATANTE para a realização dos trabalhos. Compromete-se não copiar, não usar em seu próprio benefício, nem revelar ou mostrar a terceiros, nem divulgar tais informações, no território brasileiro ou no exterior, sob pena prevista em lei. Só os representantes e prepostos devidamente autorizados entre as partes, cuja avaliação das informações confidenciais seja necessária e apropriada, para os propósitos especificados em contrato, terão acesso às mesmas.

### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.16. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.16.1. Os funcionários da empresa CONTRATADA deverão observar, no trato com os servidores e terceirizados da CONTRATANTE e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.16.2. O sistema contratado deve utilizar como idioma o Português do Brasil.

4.16.3. O conjunto de características dos serviços a serem contratados não têm impacto possível sobre os recursos e os serviços ambientais para a conservação dos ecossistemas.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.17. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.18. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.19. A solução deverá ser uma solução Web, hospedada em servidor de responsabilidade da CONTRATADA, possuir interface para usuários por meio de navegador web, com acesso a banco de dados relacional, local ou em nuvem, possibilitando múltiplos acessos com garantia de integridade dos processos e dados.

4.20. Deverá operar nos principais navegadores (browsers), sendo no mínimo: Internet Explorer 10, Mozilla Firefox e Google Chrome, em suas versões atualizadas, existente dentro do período de vigência do contrato;

4.21. Em relação ao banco de dados da Solução:

4.21.1. O banco de dados da solução permanecerá no ambiente da CONTRATADA, ou em solução Cloud por ela contratadas, sendo responsável por prover a infraestrutura para tal, conforme exigências legais e normativas de segurança da informação.

4.21.2. A CONTRATADA deverá fornecer o apoio, quando solicitado pela CONTRATANTE, acerca da tecnologia de banco de dados empregada na operação do sistema.

4.22. Em relação aos servidores de aplicação:

4.22.1. O ambiente de instalação permanecerá no ambiente da CONTRATADA que proverá infraestrutura para tal.

4.22.2. Caso o WebServer (servidor de aplicação) da solução não seja um software livre, deverá ser suprido pela CONTRATADA com todas as licenças necessárias para implantação e operacionalização do mesmo no processo de implantação da solução, bem como o repasse de conhecimento, sem ônus para a CONTRATANTE.

4.22.3. Deverá haver garantia da CONTRATADA que as releases e novas versões da solução mantenham compatibilidade com o sistema operacional citado anteriormente e que esta compatibilidade deverá ser mantida durante a vigência do contrato.

4.22.4. Deverá ser desenvolvida e codificada para ambiente operacional de 64 bits.

4.22.5. Deverá possuir segregação lógica das demais aplicações virtualizadas, dos sistemas operacionais, do armazenamento e da rede a fim de estabelecer a separação de recursos utilizados.

### ***Requisitos de Projeto e de Implementação***

4.23. A solução deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.23.1. Possuir capacidade de autenticar usuários a partir da integração com o Microsoft Active Directory ou com o Azure Active Directory;

4.23.2. Possuir a capacidade de atribuir usuário único para cada colaborador, por meio de login e senha individualizados;

4.23.3. Possuir a capacidade de acesso de diversos usuários ao mesmo tempo;

4.23.4. Possuir a capacidade de exportar os dados dos relatórios nos formatos PDF, HTML, planilhas eletrônicas (xlsx, xls, csv) e arquivos de texto (txt);

4.23.5. Possuir capacidade de realização de queries (consultas) diretamente no banco de dados (acessível somente através de usuários e senhas específicas e restritas);

4.23.6. Possuir capacidade de controlar o tempo de sessão dos usuários autenticados (ex.: 15 min, 1 hora etc.) através de parametrização;

4.23.7. Possuir capacidade de controlar a sessão do usuário de forma a identificar e, se for o caso, impedir que o mesmo consiga acessá-lo a partir de dois dispositivos diferentes simultaneamente (ex.: usuário está logado no computador A e no computador B ao mesmo tempo e executando atividades diferentes);

4.23.8. Apresentar, em todas as suas operações, validação de dados lançados e/ou inicialização de processos com mecanismos de aviso ao usuário dos riscos do lançamento dos dados ou da continuidade do processo.

4.23.9. Possibilitar integração com outras ferramentas por API (Application Programming Interface)

### ***Requisitos de Implantação***

4.24. A CONTRATADA deverá detalhar a estratégia para implantação do sistema, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato de forma a sequenciar as atividades um documento denominado "Plano de Implantação". Este plano deverá ser entregue em uma única parcela, minimamente com:

4.24.1. Metodologias para implantação;

4.24.2. Plano de treinamento;

4.24.3. Plano de instalação;

4.24.4. Manutenção e suporte técnico;

4.24.5. Prazos alinhados com o cronograma proposto (Anexo II);

4.24.6. Plano de gestão de riscos; e

### **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.25. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.26. As licenças de uso deverão ser fornecidas em nome do CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, e não devem possuir qualquer limitação de licenciamento para uso, abarcando os produtos inicialmente fornecidos para implantação bem como as posteriores atualizações de versão ocorridas durante a vigência contratual.

4.27. A propriedade intelectual do software fornecido pela CONTRATADA permanecerá na sua titularidade. A propriedade dos itens abaixo, os quais serão produzidos ou desenvolvidos ao longo do contrato, pertencerá ao CONTRATANTE. São eles:

4.27.1. Documentos, artefatos ou produtos;

4.27.2. Base de dados (dados inseridos pelos usuários).

4.28. As licenças deverão permitir a utilização da solução contratada em todos os ambientes de execução da CONTRATANTE.

4.29. A CONTRATADA deverá corrigir qualquer falha identificada pelos usuários a qualquer momento da contratação, mesmo que tal problema tenha sido identificado após alguma etapa de pagamento. Desta forma, independente do encerramento do contrato, a empresa CONTRATADA fica obrigada a efetuar as correções dos produtos e serviços que apresentem problemas posteriores ao recebimento. O ônus decorrente dessas correções correrá exclusivamente por conta da empresa CONTRATADA.

4.30. Todos os custos para corrigir problemas identificados pela CONTRATANTE deverão estar diluídos no custo da contratação, não cabendo nenhum pagamento adicional à CONTRATANTE.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

4.31. Os serviços de implantação, treinamento, suporte e manutenção deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

### **Requisitos de Formação da Equipe**

4.32. O adequado dimensionamento da equipe que executará os serviços contratados, bem como da equipe que executará a coordenação das atividades técnicas e a gestão administrativa do contrato, é de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma manter uma equipe que atenda às demandas apresentadas no prazo estabelecido e em conformidade com os procedimentos internos e com os padrões de controle existentes na CONTRATANTE.

4.33. Nenhuma alteração no corpo técnico ou gerencial da CONTRATADA poderá afetar o cronograma, nem tampouco a qualidade dos produtos contratados, assim, como toda alteração efetuada deverá ser previamente comunicada a CONTRATANTE.

4.34. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, mediante comunicação formal, contestar o nível de serviço prestado e requerer substituição de profissional alocado ao Projeto, de forma que a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro profissional que possua as qualificações necessárias para realizar as atividades a ele direcionadas com o nível de qualidade esperado pela CONTRATANTE.

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.35. Os serviços da presente contratação deverão ser executados conforme Plano de Implantação apresentado pela CONTRATADA, em consonância com os objetivos e prazos estimados neste termo de referência.

4.36. A execução do serviço ser acompanhada pelo preposto da CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.37. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade constantes na Política de Governança Digital da UFPE (PGDI).

4.38. A CONTRATADA deverá garantir o alinhamento à legislação brasileira e aos direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros as seguintes operações:

4.38.1. de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros de dados pessoais;

4.38.2. de comunicações realizada por provedores de conexão e de aplicações de internet, em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional; e

4.38.3. no caso de dados pessoais, deverão ser observadas as orientações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, e demais legislações sobre o assunto

4.39. A solução deverá atender, minimamente, aos seguintes requisitos:

4.39.1 possuir capacidade de embaralhar dados sensíveis durante cópia de ambiente para que a reprodução de informações não seja fiel aos valores reais;

4.39.2. possuir capacidade de tráfego de informações sensíveis utilizando criptografia, seja através da internet ou outra rede pública, com suporte ao protocolo SSL 128 bits;

4.39.3 possuir capacidade de armazenar e visualizar informações de auditoria, como dados sobre os eventos referentes à autenticação de usuários e ações realizadas, de forma a manter registros das operações de atualização e das consultas às informações pré-estabelecidas, permitindo o rastreamento de transações efetuadas, considerando “quem”, “quando”, “onde”, “o quê” e tipo de alteração (inclusão, alteração, exclusão e consulta);

4.39.4 possuir controle de acesso para que apenas usuários com privilégios de auditoria tenham acesso ao log de operação da aplicação;

4.39.5. possuir configurações de usuários com níveis de autorização e operacionalização das funcionalidades por usuários e por perfis ou grupos designados pela CONTRATADA, para garantia de isolamento de operações, integridade e segurança dos dados e processos. A solução não deverá permitir usuários com mais de um perfil de utilização

### **Confidencialidade:**

4.40. Senha e outros campos de entrada de dados sensíveis necessitam ser mascarados; As senhas também não devem ser armazenadas as claras nos sistemas backend, e quando armazenadas devem passar por processo de hash;

4.41. É proibido o uso de protocolos reconhecidamente inseguros como, por exemplo, File Transfer Protocol (FTP) para transmitir credenciais de contas em texto claro a terceiros fora da empresa;

4.42. Todos os dados do sistema deverão ser trafegados na rede por meio de conexão segura. Para isso deve ser utilizado o protocolo HTTPS;

4.43. Todos os usuários deverão acessar o sistema por meio de autenticação que considere login e senha;

4.44. Cada perfil de usuário deve permitir ou negar acessos a módulos, telas, conjunto de dados e funcionalidades de acordo com a configuração preestabelecida por um usuário com perfil de gestor/administrador;

4.45. O acesso aos dados da UFPE pela CONTRATADA, e vice-versa, ocorrerá em condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **Vistoria**

4.46. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **Sustentabilidade**

4.47 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.47.1 Minimização de geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados.

4.47.2 Racionalização do uso de matérias-primas.

4.47.3 Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

### **Subcontratação**

4.48. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da Contratação**

4.49. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.50. A garantia nas modalidades caução e fiança bancárias deverá prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.51. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.52. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **5. Papéis e responsabilidades**

### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. Respeitar e fazer respeitar as restrições à divulgação de informações e as limitações impostas por direitos autorais e de propriedade da CONTRATADA.

5.1.2. Zelar pela reputação da CONTRATADA, obtendo prévia autorização para utilizar seu nome, marca ou logomarca e respondendo por seu uso indevido.

5.1.3. Ao Gestor do Contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes deste Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA, além de solicitar a substituição de qualquer profissional da CONTRATADA, que:

5.1.3.1. Comprometa a perfeita execução dos serviços;

5.1.3.2. Crie obstáculos à fiscalização;

5.1.3.3. Não corresponda às técnicas ou às exigências disciplinares da CONTRATANTE;

5.1.3.4. Cujo comportamento ou capacidade técnica sejam inadequados à execução dos serviços; e

5.1.3.5. Que venha causar embaraço à fiscalização em razão de procedimentos incompatíveis com o exercício de sua função.

5.1.4. Comunicar à CONTRATADA as eventuais irregularidades observadas na execução dos serviços de suporte técnico e/ou no funcionamento do sistema para adoção das providências saneadoras. Aplicando à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando as irregularidades não forem sanadas;

5.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com a forma e o prazo estabelecido neste Termo de Referência, seguindo os trâmites internos e as legislações vigentes, inclusive sob os prazos previstos, desde que atendidas às formalidades necessárias, após a aceitação dos serviços faturados;

5.1.6. Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações necessárias e relevantes à consecução dos serviços a serem executados, bem como a documentação técnica e operacional de todos os sistemas envolvidos;



5.1.7. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.8. Realizar as atividades que necessitem de sua intervenção, previstas no Plano de Implantação;

5.1.9. Aprovar a indicação pela CONTRATADA do responsável (preposto) pela condução dos trabalhos;

5.1.10. Não cometer quaisquer tipo de ingerência na empresa CONTRATADA, tais como:

- a. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada;
- b. Indicar pessoas para compor o quadro funcional da contratada;
- c. Demandar a execução de serviços ou tarefas estranhas ao objeto da contratação, mesmo que haja anuência do preposto ou da própria contratada.

## **5.2. São obrigações da CONTRATADA**

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato. Comunicando inclusive quando houver substituição;

5.2.2. Respeitar e fazer respeitar as restrições à divulgação de informações e as limitações impostas por direitos autorais e de propriedade da CONTRATANTE, conforme especificações deste Termo de Referência.

5.2.3. Zelar pela reputação da CONTRATANTE, obtendo prévia autorização para utilizar seu nome, dados, marca ou logomarca e respondendo por seu uso indevido.

5.2.4. Dar conhecimento à CONTRATANTE, por meio de e-mail ou canal de comunicação pactuado no âmbito da assinatura do contrato, das informações referentes a novas versões e releases do software lançadas no mercado.

5.2.5. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.6. Informar à CONTRATANTE as condições necessárias para execução das etapas de implantação e migração de dados.

5.2.7. Entregar mensalmente avaliação qualitativa realizada pelos usuários do sistema quanto a qualidade do suporte técnico, entregando documento detalhado dos atendimentos do mês, com as notas que foram atribuídas a cada atendimento realizado, com identificação de cada usuário que demandou o chamado.

5.2.8. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas:

- a. À política de segurança adotada pela CONTRATANTE e as configurações de hardware e softwares decorrentes;
- b. Ao processo de instalação, configuração e parametrizações de produtos, ferramentas e equipamentos da CONTRATANTE;
- c. Ao processo de construção, no ambiente da CONTRATANTE, dos mecanismos de criptografia e autenticação utilizados; e
- d. Ao banco de dados da CONTRATANTE que a CONTRATADA possa ter acesso.

5.2.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas no processo de contratação dos serviços e bens.

5.2.10. Entregar ao Gestor do contrato, quando solicitado, relatório de andamento do projeto no período, incluindo as atividades planejadas, realizadas e não realizadas e o planejamento para o próximo período.

5.2.11. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.12. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.13. Entregar ao fim do contrato cópia do banco de dados, mantendo inclusive acesso para consulta ao sistema por no mínimo 30 dias;

5.2.14. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, bem como eventuais cópias disponíveis, tais como backups de segurança, à CONTRATANTE;

5.2.15. Entregar à CONTRATANTE relatório de instalação e disponibilização das licenças à medida em que for concluindo estas etapas;

5.2.16. Considerar em seus preços propostos possíveis custos com viagens, transportes, alimentação e outros custos operacionais que se façam necessários para entrega plena da solução sem repasse de custos não previstos nas linhas do objeto para a CONTRATANTE.

## **6. Modelo de execução do contrato**

### ***Condições de execução***

6.1. Todo o processo deverá ocorrer em conformidade com a Instrução Normativa ME/SGD No 01/2019 ou versão superior.

6.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, devendo as ações ser precedidas de solicitação formal da UFPE com aprovação do Gestor do Contrato, mediante Orden de Serviço (OS) emitida ao preposto da empresa CONTRATADA. Constituinte-se basicamente em duas fases:

#### **6.2.1. Implantação:**

- a. Reunião inicial para definição dos padrões a serem adotados, em até 10 dias da assinatura do contrato;
- b. Elaboração do Plano de Implantação do Sistema;
- c. Instalação e parametrização do sistema, com a carga de edificações e customização da interface;
- d. comissionamentos, operação assistida e preparação de todo o ambiente para utilização da solução.
- d. Disponibilização do treinamento do Sistema;

#### **6.2.2. Operação:**

- a. Disponibilização das licenças para utilização do sistema já configurado;
- b. Disponibilização da visão central para acesso contínuo de dados e indicadores em tempo real;

### ***Aceite, alteração e cancelamento***

6.3. A equipe de fiscalização (Gestor, Fiscal e Requisitante) deverá avaliar a entrega de todos os produtos e serviços previstos e atestar o Relatório De Acompanhamento de Implantação do Sistema. Caso a equipe de fiscalização identifique necessidade de alteração ou ajustes, a CONTRATADA será comunicada para fazer as correções necessárias, gerando então um novo relatório de conclusão para a avaliação da UFPE.

6.4. Caso a CONTRATANTE determine alterações ou ajustes na fase de recebimento provisório ou definitivo, o prazo para recebimento contará novamente a partir de cada entrega ajustada e conforme a fase em que se encontrar (recebimento provisório ou definitivo).

6.5. A empresa CONTRATADA poderá apresentar justificativa formal sobre eventuais atrasos ou paralisação dos serviços. Serão aplicáveis sanções quando as justificativas não forem apresentadas ou quando julgadas improcedentes.

6.6. Os referidos aceites nos termos mencionados são obrigatórios para a emissão da nota fiscal/fatura e para posterior pagamento às empresas contratadas. Compete ao gestor do contrato a autorização para emissão da nota fiscal.

6.7. Com exceção da parcela relativa à implantação do sistema, a forma de pagamento será mensal. Mediante pleno funcionamento do sistema e atendimento a eventuais pedidos de suporte. O valor da prestação mensal será impactado pelo Instrumento de Medição dos Resultados - IMR.

#### ***Local da prestação dos serviços***

6.8. Os serviços serão prestados virtualmente, em plataforma Web com disponibilidade 24 horas.

#### ***Transição inicial dos serviços:***

6.9. A Transição Inicial dos Serviços é a fase inicial da execução contratual, que objetiva a adaptação das empresas contratadas ao modelo de trabalho, aos sistemas de informação e ao ambiente tecnológico da contratante. A Transição Inicial dos Serviços deverá atender as diretrizes apresentadas na Instrução Normativa ME/SGD No 01/2019.

#### **Mecanismos formais de comunicação**

6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

6.10.1. Ordem de Serviço;

6.10.2. Ata de Reunião;

6.10.3. Ofício;

6.10.4. Sistema de abertura de chamados;

6.10.5. E-mails;

#### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

#### ***Procedimentos de transição e finalização do contrato***

6.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **7. Modelo de gestão do contrato**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A GESTÃO CONTRATUAL caberá à servidora: Marcília Vieira da Nóbrega, SIAPE: 2323646, telefone: (81) 2126-3023, e-mail: marcilia.nobrega@ufpe.br, a qual será substituída, nas faltas e ausências, pela servidora: Wanessa Fernanda Costa Silva, SIAPE: 1854595, Telefone: (81) 2126-8079, e-mail: wanessa.fernanda@ufpe.br, lotadas na Superintendência de Infraestrutura da UFPE.

7.6. A FISCALIZAÇÃO TÉCNICA caberá ao servidor: Evandro José Gomes Quintino Neves, SIAPE: 1356186, telefone: (81) 2126-3023, e-mail: evandro.gneves@ufpe.br, o qual será substituído, nas faltas e ausências, pela servidora: Elizabeth Almeida dos Santos, SIAPE: 1155509, telefone: (81) 2126-3023, e-mail: elizabeth.asantos@ufpe.br, lotados na Superintendência de Infraestrutura da UFPE.

### **Preposto**

7.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.8. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

### **Reunião Inicial**

7.9. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.10. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- a. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- b. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- c. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- f. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### **Fiscalização**

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.12. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.12.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.12.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.12.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.12.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.12.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **Gestor do Contrato**

7.13. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.20. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela equipe gestora e fiscalizadora por meio do Instrumento de Medição do Resultado (IMR), Anexo III deste TR, contemplando indicadores e as respectivas metas a cumprir, visando garantir a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

## ***Critérios de medição e pagamento***

7.22. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III

7.23. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.23.1. não produzir os resultados acordados;

7.23.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.23.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.24. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.25. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.25.1. Funcionamento da ferramenta, avaliando a ocorrência de paradas ou indisponibilidades parciais.

7.25.2. Tempo de atendimento aos chamados de suporte.

### **Do recebimento**

7.26. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.26.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.27. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.28. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.29.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.30. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.31. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.32. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.33. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.34. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.35. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.35.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.35.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.35.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.35.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.35.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.36. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.37. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.38. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.39. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.40. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.41. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.41.1. o prazo de validade;

7.41.2. a data da emissão;

7.41.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.41.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.41.5. o valor a pagar; e

7.41.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.42. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.43. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.44. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.45. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.46. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.47. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.48. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### ***Prazo de pagamento***

7.49. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.50. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice da poupança BACEN de correção monetária.

### ***Forma de pagamento***

7.51. Com exceção da parcela relativa à implantação do sistema, a forma de pagamento será mensal. Mediante pleno funcionamento do sistema e atendimento a eventuais pedidos de suporte. O valor da prestação mensal será impactado pelo Instrumento de Medição dos Resultados - IMR.

7.52. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.53. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.54. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.55. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.56. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Do reajuste**

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta, ou seja, 04 de julho de 2025.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. Critérios de seleção do fornecedor**

### ***Forma de seleção***

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inc. I, da Lei nº 14.133 /2021.

9.2 Previamente à emissão da nota de empenho, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.3 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.4 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

### ***Habilitação fiscal, social e trabalhista***

9.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.10. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 45.053,60

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 45.053,60 (quarenta e cinco mil e cinquenta e três reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MESES	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	27502	Implantação do Sistema de Manutenção, considerando: <ul style="list-style-type: none"><li>• Consultoria técnica para estruturação, modelagem de processos e procedimentos de manutenção, além de Start-Up do sistema;</li><li>• Infraestrutura: Carga de dados iniciais (edificações, espaços e equipamentos). Desenvolvimento de personalizações para alinhamento com o fluxo definido pela CONTRATANTE, incluindo identidade visual.</li><li>• Disponibilização de treinamento com acesso ilimitado</li></ul>	Serviço	1	1	3.950,00	3.950,00
02	27502	Fornecimento de licenças mensais de acesso simultâneo para 40 usuários (perfis Mantenedor, Planejador, Fiscal e Gestor). Além de licenças ilimitadas para usuários Solicitantes e Visualizador BI	Serviço	1	12	3.425,30	41.103,60
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R\$)							45.053,60

11. Adequação orçamentária

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 15233/153095;
- II) Fonte de Recursos: Tesouro/Próprio;
- III) Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco;

IV) Elemento de Despesa: 4490.40;

V) Plano Interno: deverá ser classificado após a emissão do Contrato;

## **12. Fundamentação Legal**

### **Conceitos gerais da Lei nº 14.133/2021**

12.1. A contratação direta por inexigibilidade de licitação está prevista no inciso I, do 74 da Lei nº 14.133/2021 e pressupõe inviabilidade de competição.

12.2. Em seu art. 74, a Lei nº 14.133/2021 traz o seguinte:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

12.3. A inviabilidade de competição pode decorrer da ausência total de competidores em razão da existência de apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, podendo também decorrer da impossibilidade de comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica e ser, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa.

### **A configuração da inexigibilidade de licitação no caso concreto:**

12.4. A empresa Arkmeds Soluções Tecnológicas Ltda é a única que comercializa, ministra treinamento e presta serviços de implantação, consultoria, assistência técnica e manutenção, com exclusividade no País, para a solução necessária, conforme evidenciado no ETP:

- Software para sistema computadorizado de gerenciamento de manutenção, CMMS Computerized Maintenance Management System, plataforma Arkmeds;

12.5. Portanto, em virtude dessa exclusividade no Brasil, ficam caracterizados os requisitos para a contratação direta por meio de inexigibilidade de licitação.

## **13. Infrações e Sanções Administrativas**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

13.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.2.4.8. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50 da Lei nº 14.133/2021), nas hipóteses previstas neste Termo de Referência.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no subitem 13.1 e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EVANDRO JOSE GOMES QUINTINO NEVES**

Membro da comissão de contratação

**DIOGO JOSE VIDAL DE LIMA**

Agente de contratação

**MANOEL HELENO DE CASTRO**

Superintendente de Infraestrutura

**ANDRE GUSTAVO BELO CAVALCANTI**

Equipe de apoio

**MARCILIA VIEIRA DA NOBREGA**

Membro da comissão de contratação

**ELIZABETH ALMEIDA DOS SANTOS**

Equipe de apoio

# Estudo Técnico Preliminar 1/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23076.017980/2025-77

## 2. Objeto da Contratação

**Contratação de Sistema de Gerenciamento de Manutenção Computadorizado - CMMS (Computerized Maintenance Management System)**, com serviços de treinamento, suporte técnico, cadastro de ativos de infraestrutura física predial, a fim de atender às necessidades da Diretoria de Manutenção da Superintendência de Infraestrutura (DM-SINFRA) para prestação de serviços de manutenção de espaços, sistemas e equipamentos do Campus Recife da UFPE.

## 3. Introdução

A Universidade Federal de Pernambuco é uma instituição centenária, com amplo alcance no estado, na cidade do Recife está localizado o campus Joaquim Amazonas ocupando uma área de 139,68 hectares na chamada Cidade Universitária, onde estão localizados 10 centros acadêmicos, totalizando 348.898,15 m<sup>2</sup> de área construída, excluindo-se o Hospital das Clínicas que encontra-se cedido à EBSERH.

- CAC - Centro de Artes e Comunicação
- CB - Centro de Biociências
- CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
- CCS - Centro de Ciências da Saúde
- CCM - Centro de Ciências Médicas
- CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CE - Centro de Educação
- CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- CIn - Centro de Informática
- CTG - Centro de Tecnologia e Geociências

No centro da cidade do Recife estão ainda o CCJ – Centro de Ciências Jurídicas – que abriga a pioneira Faculdade de Direito (criada em 1827), além de um conjunto de edifícios históricos onde, anteriormente à mudança para a Cidade Universitária no início da década de 1950, funcionavam diversas outras faculdades e escolas, quando então se denominava Universidade do Recife, estes espaços externos somam 105.593,51 m<sup>2</sup> de área construída.

No total tratam-se de mais de 500 edificações, nas mais diversas tipologias, idade e condições. Entre os usos temos parques de equipamentos e laboratórios de pesquisa em variadas áreas de conhecimento, Bibliotecas, Residências Estudantis, Restaurante Universitário, Emissoras de Rádio e TV, Clínicas, Museus e Complexos de Eventos e Esportes. A responsabilidade pela complexa tarefa de manutenção e conservação de todo o conjunto cabe à SINFRA.

Dessa forma, visando garantir as condições necessárias para que a Universidade continue a prestação de seus serviços de excelência, oferecendo as condições adequadas para a inovação, para a geração de conhecimento de qualidade e formação dos profissionais, a utilização dos recursos de TI adequados é fundamental. Tais recursos são considerados essenciais ao desempenho das atividades institucionais.

## 4. Descrição da necessidade

Contratação de um Sistema de Gestão dos Serviços de Manutenção.

Atualmente a DM-SINFRA já trabalha com um sistema de chamados, recebendo por volta de 1500 requisições mensais para os mais diversos serviços. A ferramenta utilizada é o SIPAC desenvolvida pela UFRN que, apesar de se integrar com outros aspectos da gestão como patrimonial e de processos, não possui diversos aspectos necessários para melhor atuação da manutenção não são atendidos, dentre eles destacam-se:

- Interface amigável
- Geração de Relatórios
- Dashboard Integrado
- Acesso por Aplicativo
- Interação entre solicitante e equipe via plataforma (Chat ou similar)
- Automatização das rotinas
- QR Code para abertura de chamados e acesso a informações
- Classificação de solicitações por prioridade
- Classificação de solicitações por Status (Aberta, pendente, em execução, finalizada...)
- Registrar Medição de Consumo (Água, Energia)
- Apontar a empresa contratada que atenderá a OS
- Alertas de Manutenção Preventiva Vencidas.

Hoje não há possibilidade via sistema de priorização das atividades por caráter objetivo, bem como um prazo efetivo previsto de atendimento dos serviços, ocasionando insatisfação na comunidade quanto à solução de suas demandas.

A geração de relatórios, dependendo de dados brutos extraídos do SIPAC, é tarefa custosa para identificação por Centros Acadêmicos. Para identificação por edificação é atividade inviável, visto que os prédios não estão cadastrados no sistema, nem há atualmente a possibilidade de cadastro, dependendo de atividade manual para identificação dos locais de cada solução.

Conhecer e entender o total de solicitações e ações de manutenção por edificação é primordial para tomada de decisão quanto à realização de serviços preventivos, bem como para sinalizar a necessidade de reformas.

## 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Manutenção	Wanessa Fernanda Costa Silva
Coordenação de Infraestrutura	Eduardo Bernadino dos Santos

## 6. Necessidades de Negócio

O CMMS proporcionará à Diretoria de Manutenção tomar decisões técnicas com bases em indicadores, tais como: definir as estratégias de manutenção que cada tipo de equipamento, sistema ou edificação deve seguir; analisar o resultado previsto e realizado das manutenções.

O sistema permitirá a inclusão de planos de manutenção de cada equipamento, mitigando o risco de perda de garantia de novos equipamentos por não seguir recomendações exigidas no manual de manutenção e normas vigentes, bem como ajudará a prolongar da vida útil de equipamentos e instalações, impactando também em níveis de eficiência.

O sistema possibilitará ainda a geração de históricos de ações realizadas em equipamentos, espaços, sistemas e/ou edificações. Bem como visualização em Dashboard dos dados e indicadores dos serviços prestados, isto permitirá tomadas de decisão mais assertivas, não só por parte da SINFRA, mas também por Diretorias de Centros e Reitoria.

Outro ponto que vale destaque está relacionado com a sustentabilidade, as etapas de autorização e aceite dos serviços são realizadas através de assinaturas manuais em papéis impressos. Isto demanda grande quantidade de papel mensalmente, além do alto volume de impressões. Reduzir estas quantidades se refletirá em economia de recursos.



## 7. Necessidades Tecnológicas

Para operação do sistema é necessário apenas o acesso a internet.

Para vinculação com dados dos materiais disponíveis no almoxarifado, o sistema deve permitir atualização através da importação (Arquivos xls, csv ou similar), bem como integração por API (Application Programming Interface).

Para implantação da tecnologia Qr Code, a qual será vinculada a ferramenta para automação de busca das informações, é necessário a aquisição posterior por parte da UFPE de impressora de etiquetas ou papel etiqueta em 3 (três) tamanhos distintos (30x20mm, 45x30mm ou 60x40mm)

## 8. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

O Sistema deverá atender aos seguintes requisitos:

### I. INTERFACE

O Sistema deverá possuir interfaces web e mobile.

A **Interface web** deverá conter as seguintes funções:

- Controle, acompanhamento, abertura e aprovação de Solicitações de Serviços;
- Possibilidade de comunicação entre solicitante, empresa, fiscalização, gestão contratual;
- Priorização das Ordens de Serviço pelo método GUT ou outro método consagrado;
- Elaboração de planos de manutenção;
- Planejamento de recursos da Ordem de Serviço;
- Programação, controle e gerenciamento de Ordem de Serviço;
- Controle da qualidade e conformidade da execução dos serviços (avaliação pela fiscalização e solicitante);
- Cadastro de contratos, itens de serviços, respectivos quantitativos e empenhos;
- Controle e gerenciamento de custos e estoque;
- Geração de curva ABC automática;
- Geração de relatórios de manutenção, incluindo relatórios de Indicadores de Medição de Resultados (IMR);
- Tela de acompanhamento de resultados online para gestão via TV;
- Custo da manutenção por Ordem de Serviço (HH + Material);
- Custo da manutenção por centro de custo (HH + Material);
- Custo de manutenção por equipamento (itens de serviços e/ou peças);
- Geração de indicadores de manutenção (Tempo de atendimento, total atendido, atendimento mensal, etc.);
- Controle de manutenções externas (equipamentos que precisaram sair para manutenção);
- Inclusão de arquivos em DWG e PDF para gerenciamento da manutenção predial;
- Verificação de ativos em manutenção (manutenção em andamento);
- Catálogo padrão de atividades para gerar histórico de maiores problemas;
- Farol de serviços atrasados;
- Baixa de Ordens de Serviço;
- Cadastro de edificações, equipamentos e TAGs;
- Planejamento, programação, gerenciamento e controle de manutenções preditivas, preventivas, corretivas;
- Planejamento, programação, gerenciamento e controle de homem-hora;
- Controle de garantias de equipamentos e instalações;
- O sistema deverá gerar Curva S demonstrando quantidade de Ordens de Serviço planejadas acordadas com a fiscalização (baseline) ao longo do ano, curva de Ordens de Serviço replanejadas, Curva de Ordens de Serviço executadas. As curvas deverão ter cores distintas;
- O relatório de curva S deverá permitir uma análise de Ordens de Serviço como um todo, Ordens de Serviço Preventiva, Ordens de Serviço Corretivas e Ordens de Serviço Preditiva;
- Todos os relatórios e gráficos que tratam de ordens de serviço deverão permitir o filtro entre os tipos de Ordens de Serviço;
- Possibilitar o filtro dos relatórios no mínimo por período, centro acadêmico, edificação, sala;
- A interface web deve ser ágil, tendo esta que funcionar em pelo menos 2 dos principais navegadores existentes no mercado (Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge);
- O sistema deverá rodar dentro de um ambiente seguro, utilizando o protocolo "https";
- O sistema deverá permitir que várias abas possam ser abertas no navegador em um mesmo computador e em um mesmo login, viabilizando o trabalho mais produtivo;

- O sistema deverá possibilitar o download de dados dos relatórios em formato MS Excel (versão mínima do Office 2016) ou CSV;
- Deverá permitir a autenticação eletrônica de atividades realizados;
- O sistema deve demonstrar online quantas pessoas estão utilizando o sistema simultaneamente entre os usuários da CONTRATANTE.

A **Interface mobile** será utilizada para gerar interatividade, agilidade e redução de custos ao processo, sendo necessário funcionar nas plataformas iOS e Android, via aplicativo (não será considerado como mobile uso de navegador). Sendo necessário atender, no mínimo as seguintes funções:

- Reconhecimento de ativos por QR-Code;
- Baixa de Ordens de Serviço online;
- Controle, acompanhamento, abertura e aprovação de Solicitações de Manutenção Serviços;
- Aprovação de Solicitação de Manutenção (ou Requisição de Serviço);
- Programação de Ordem de Serviço;
- Controle e gerenciamento de Ordem de Serviço;
- Verificação de ativos em manutenção (manutenção em andamento);
- Farol de serviços atrasados;
- Cadastro de ativos e TAGs;
- Planejamento, programação, gerenciamento e controle de manutenções preditivas, preventivas, corretivas;
- Planejamento, programação, gerenciamento e controle de homem-hora;
- A versão mobile deverá ser capaz de trabalhar offline com intuito dos técnicos poderem baixar suas Ordens de Serviço, executarem, inserirem as informações e realizarem o upload quando em ponto coberto por rede wireless.
- Deverá permitir a assinatura na tela do dispositivo mobile para comprovar que o demandante de Solicitações de Serviço recebeu o mesmo após finalização ou permitir outro meio que comprove que o cliente recebeu o serviço.

## II. BANCO DE DADOS

- O banco de dados deverá ser hospedado na nuvem da CONTRATADA, com backup realizado diariamente;
- Deverá ser fornecida API ou acesso de visualizador para a CONTRATANTE gerar os relatórios gerenciais independentes do software via recursos como o Power BI ou outros;
- Ao final do contrato a CONTRATADA deverá entregar toda a base de dados e um arquivo para possível migração para outro sistema;
- A CONTRATANTE poderá solicitar um backup da base de dados a qualquer momento ao longo do contrato;
- A CONTRATADA deverá encaminhar estrutura do banco de dados para a CONTRATANTE, como, por exemplo, relacionamento entre tabelas no caso de banco de dados relacional.
- A CONTRATADA deverá fornecer modelo de planilha para inserção dos dados (de edificações, espaços, equipamentos, usuários, empresas contratadas e etc.) para primeira carga no sistema.
- Enquanto não houver a carga plena dos ativos no sistema, o mesmo deverá permitir que sejam abertas Solicitações de Serviço e Ordens de Serviço genéricas, ou seja, apenas com a descrição do item que deseja ser mantido pelo demandante.

## III. MANUTENÇÃO

- A CONTRATADA deverá fornecer todo tipo suporte técnico para manutenção do sistema, garantindo a disponibilidade de funcionamento 98% do tempo, ou seja o tempo máximo inoperante deve ser de 175,2h anuais;
- Deve possuir suporte técnico com número ilimitado de chamados encaminhados via sistema Web (disponibilizado pela CONTRATADA) e alternativamente mediante atendimento telefônico, que pode ser um DDG 0800, ou e-mail, para esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas relacionados à configuração e uso dos componentes da solução CONTRATADA.
- A CONTRATADA terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para reestabelecer o sistema, independentemente da pausa ter sido planejada ou não;
- Deve garantir que não ocorrerão duas indisponibilidades não planejadas do sistema no mês de referência, sendo passivo de aplicação de sanções contratuais.
- As atuações para atualização do sistema, que gerem indisponibilidade planejada, deverão ocorrer de preferência nos sábados e domingos, período de menor demanda na Universidade.
- Na existência de indisponibilidade planejada, a CONTRATADA deverá informar com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas;

## IV. USUÁRIOS

A solução ofertada deverá ser integrada ao sistema de autenticação UFPE ID utilizado pela CONTRATANTE. Para carregamento inicial dos perfis, a CONTRATANTE informará no início da implantação os usuários que serão habilitados, bem como seus respectivos perfis.

Para a integração, a conexão entre a nuvem da CONTRATADA e os servidores da CONTRATANTE deverá ser criptografada por meio de VPN ou solução equivalente.

O sistema deverá prever a distinção entre perfis de usuários, considerando no mínimo os seguintes perfis: Solicitante, Mantenedor, Planejador, Fiscal, Visualizador BI e Gestor.

Exceto para o usuário Visualizador BI, o sistema deverá permitir tempo limite de inatividade para que o usuário daquela licença seja desconectado, liberando o acesso simultâneo para o grupo de usuários, conforme tempo acordado com a CONTRATANTE.

O perfil **Solicitante** é destinado aos servidores que não fazem parte da equipe de manutenção da SINFR. A eles compete abrir e acompanhar as solicitações de serviços necessários nas edificações às quais estejam vinculados.

- Deverá ter acesso somente a abertura de Solicitação de Manutenção via web, devendo ter acesso ao acompanhamento dos serviços que solicitou, incluindo previsões de atendimento cadastradas pelo Planejador.
- Ao receber notificação de finalização de sua Ordem de Serviço Corretiva, deverá ter a opção de avaliar a qualidade do serviço, de modo a permitir a apuração dos resultados obtidos com o serviços realizados pelas empresas contratadas (Indicador de Medição de Resultado).
- A avaliação informada no item anterior tem caráter obrigatório, devendo ser previsto bloqueio de novas solicitações caso haja um número definido de solicitações encerradas sem avaliação.

O perfil **Mantenedor** trata dos profissionais de campo, como eletricitas, encanadores e pedreiros, que executarão os serviços nos locais solicitados.

- O perfil deve permitir que o profissional preencha os dados do serviço em execução, com as informações necessárias para finalização da Ordem de Serviço (Exemplo: problema encontrado, atividade realizada, quem acompanhou);
- O perfil deve permitir que o técnico abra Ordem de Serviço diretamente no campo, quando observados serviços além daqueles que estão dentro de sua área de atuação ou aqueles que não façam parte da Ordem de Serviço inicial, mas que o profissional observe que deve atuar por oportunidade.
- O sistema deve permitir que o usuário deste perfil enxergue Solicitações de Serviço ainda não destinadas, podendo atribuir-se para execução e atendê-las caso haja oportunidade.

O perfil **Planejador** será aplicado aos profissionais das empresas contratadas que ocupam cargos de supervisão (Engenheiros, Arquitetos, Encarregados), além de apontadores indicados pelas contratadas. Estes profissionais farão a programação de atendimento dos serviços, indicando os profissionais mantenedores que irão atuar na solução da demanda. Para este perfil deve ser considerado:

- Todos os acessos previstos para o usuário mantenedor;
- Este perfil deve dar acesso pleno aos recursos de planejamento, controle e programação da manutenção predial, incluindo todas as informações de custos, peças aplicadas, recursos a serem alocados, dentre outros.
- Este perfil terá liberdade para reprogramar a execução de uma Ordem de Serviço já planejada, todavia a reprogramação não incorrerá em alteração da data planejada inicialmente (baseline), que deve ser mantida e somente alterada sob autorização do usuário Fiscal e/ou Gestor.
- A reprogramação de manutenções deverá ter um campo de observação para que o usuário fiscalizador entenda o motivo dos replanejamentos e verifique se não há necessidade de replanejamento do baseline.
- Este perfil poderá realizar baixas de serviços executados, tal como poderá solicitar cancelamento de Solicitações de Serviços ou Ordens de Serviços, que por motivos diversos não tenham mais sentido de serem executadas ou estejam em duplicidade.
- O cancelamento de Solicitações de Serviço ou Ordens de Serviços deverão ser aprovados pelo perfil fiscal e/ou gestor.
- O perfil permite o cadastro e alteração de ativos, devendo porém ser validados em seguida pelo Fiscal e/ou Gestor.
- Gerencia as informações passadas pelo mantenedor.

O perfil **Fiscal** será utilizado pela equipe técnica da DM-SINFR responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela empresas contratadas. Deve ser considerado ainda:

- O perfil deverá ter todos os acessos previstos para o usuário Planejador e Solicitante;
- Será o primeiro nível de aprovação de reprogramação do baseline das tarefas acordadas com a CONTRATANTE. Após replanejamento solicitado pelo planejador do baseline, o fiscal do contrato de manutenção predial irá liberar ou não o replanejamento com base em discussões em reuniões ou justificativas;
- Será o primeiro nível de autorização de cadastro de ativos realizados por usuário planejador;

- O usuário fiscalizador poderá alterar a criticidade de serviço, a prioridade, o planejamento de atendimento, dentre outras premissas adotadas na programação da manutenção.
- O fiscal poderá atestar, reprovar ou devolver para correções os serviços indicados como concluídos pela contratada;

O usuário **Visualizador BI** deverá ter as mesmas permissões de um usuário solicitante, porém com a possibilidade de visualização de relatórios e gráficos de *Business Intelligence* que o sistema deve disponibilizar.

O **Gestor** do sistema será o responsável pela administração dos perfis de acesso, além de possuir as mesmas funcionalidades do perfil Fiscalizador e Visualizador BI. Deve considerar ainda:

- O perfil será o segundo nível de autorização de cadastro de ativos realizados por usuário planejador, em caso de indisponibilidade de um dos fiscais;
- O perfil será o segundo nível de aprovação de reprogramação do baseline das tarefas acordadas com a CONTRATANTE, em caso de indisponibilidade de um dos fiscais.

## V. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- O Sistema deve permitir o planejamento de ordens de serviço recorrentes, com repetição por tempo determinado, inclusive com emissão de alertas quando próximas à data de execução;
- O sistema deve manter log de registros de modificações, sobretudo referente aos cadastros de edificações, espaços e equipamentos;
- O sistema deverá permitir visualizar data e hora do início do serviço, data e hora do fim do fim do serviço, recursos aplicados, fotografias, nome dos profissionais que atenderam a demanda, custo do serviço, peças aplicadas, criticidade que foi classificado o serviço, de modo que seja possível a auditoria dos serviços prestados;
- Deve possuir ainda disparo automático de relatórios mensais preconfigurados e atualização de andamento das solicitações via e-mail;
- Não deverá limitar o acesso web por login cadastrado, todavia para dimensionamento do custo de performance do sistema, será repassado pela CONTRATANTE a quantidade estimada de usuários, a qual caberá a CONTRATADA definir limites de segurança de acesso simultâneo que não reduza o desempenho do sistema.
- Deverá permitir personalizações do dashboard ou permitir por via de API ou acesso de visualizador do banco de dados para uso em Power BI ou semelhante.
- O sistema deverá possuir redundância de acesso em caso de falha;
- A CONTRATADA tem o direito à base de dados por completo, mesmo após o vencimento do contrato sem nenhum ônus adicional;

## VI. TREINAMENTO

- A CONTRATADA deverá disponibilizar treinamento online gravado, que permita acesso a qualquer momento para os usuários durante a vigência do contrato, sendo o treinamento objetivo com explicações diretas que não sejam a imagem dos treinamentos ao vivo.
- Os cursos deverão ser divididos conforme perfil de usuário ou ações específicas no sistema, tais como: abertura de Solicitação de Serviço, fechamento de Ordem de Serviço, programação de manutenção, inclusão de plano de manutenção, dentre outros.
- No caso da divisão por ações específicas, deverá ser disponibilizado para download o limite de ações que cada perfil pode atuar para direcionar quais aulas o profissional deve assistir.

## 9. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Tabela 01 - Quantidade Estimada dos Serviços

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	27502	<p>Implantação do Sistema de Manutenção, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultoria técnica para estruturação, modelagem de processos e procedimentos de manutenção, além de Start-Up do sistema;</li> <li>• Infraestrutura: Carga de dados iniciais(edificações, espaços e equipamentos). Desenvolvimento de personalizações para alinhamento com o fluxo definido pela CONTRATANTE, incluindo identidade visual.</li> <li>• Disponibilização de treinamento com acesso ilimitado</li> </ul>	Serviço	1

02	27502	Fornecimento de licenças mensais de acesso simultâneo para 40 usuários (perfis Mantenedor, Planejador, Fiscal e Gestor). Além de licenças ilimitadas para usuários Solicitantes e Visualizador BI	Serviço	12
----	-------	---	---------	----

## 10. Levantamento de soluções

Foram identificadas 3 soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda, tratam-se das ferramentas SISPRE, KEEPFY e ARKMEDS. Nos capítulos seguintes serão apresentadas análises comparativas entre as ferramentas, comparando inclusive com o sistema em uso atualmente, o SIPAC.

## 11. Análise comparativa de soluções

Em relação aos recursos desejados pela equipe da DM-SINFRA, para melhor gestão dos serviços, a tabela a seguir faz a comparação da disponibilidade destes em cada ferramenta.

Tabela 02 - Comparativo das ferramentas disponíveis

Requisito	Ferramenta			
	SIPAC	SISPRE	KEEFY	ARKMEDS
Plataforma WEB	✓	✓	✓	✓
Interface amigável	✗	✓	✓	✓
Interface para acompanhamento do Solicitante	✗	✗	✓	✓
Visualização de serviços na agenda	✗	✓	✓	✓
Geração de Relatórios	✗	✓	✓	✓
Dashboard Integrado	✗	✓	✓	✓
Acesso por Aplicativo	✗	✓	✓	✓
Uso do aplicativo offline (Sincronização posterior)	✗	⚠	✗	✓
Gestão por Edificação	⚠	✓	✓	✓
Gestão por Equipamento (TAG)	⚠	✓	✓	✓
Usuários solicitantes ilimitados	✓	✗	✗	✓
Interação entre solicitante e equipe via plataforma	✗	✓	✓	✓
Avaliação do Usuário	✓	✓	✓	✓
Automatização das rotinas	✗	✓	✗	✓
Importação de Custo da Mão de Obra e Material	✗	✓	✗	✓
QR Code para abertura de chamados e acesso a informações	✗	✓	✗	✓
Classificação de solicitações por prioridade	✗	✓	✓	✓
Classificação de OSs (Corretiva/Preventiva)	⚠	✓	✓	✓
Classificação por Status (Aberta, pendente, em execução, finalizada...)	⚠	✓	✓	✓
Registrar Medição de Consumo (Água, Energia)	✗	✓	✗	✓
Gestão de Perfis de Acesso (Inclusive contratadas)	✗	✓	✓	✓
Apontar a empresa contratada que atenderá a OS	✗	✓	✗	✓
Alertas de Manutenção Preventiva Vencida	✗	✓	✗	✓

Legenda: ✓ - Recurso Presente | ✗ - Recurso Ausente | ⚠ - Ausente, mas responsável informa que pode ser customizado e/ou implantado.

## 12. Registro de soluções consideradas inviáveis

Apesar de ser a ferramenta já em uso na instituição o SIPAC tem se mostrado bastante limitado, sobretudo considerando o grande volume de edificações atendidas, de profissionais e contratos envolvidos e de solicitações de manutenção abertas.



## 17. Justificativa econômica da escolha da solução

A solução indicada é a que apresenta o menor custo de implantação e operação, além da redução de custos indiretos durante sua operação.

## 18. Alinhamento aos Objetivos Institucionais

A contratação está de acordo com as competências institucionais da SINFRA, previstas no Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, de acordo com a Resolução nº 01/2024-CONSAD. A superintendência tem, conforme Art. 118 da resolução, por finalidade:

"a **prestação de serviços de manutenção e conservação predial e urbana**, com o objetivo de preservar a integridade da infraestrutura e garantir a qualidade do acesso às instalações da Universidade, zelando pela sustentabilidade ambiental."

Ainda de acordo com a Resolução em seu artigo 124, a Diretoria de Manutenção vinculada à SINFRA tem por competência:

""III- **fiscalizar, monitorar e estabelecer rotinas de manutenção predial;**

**IV- executar serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva;**

**V- receber as demandas, fazer avaliação criteriosa de prioridades** e dimensionar os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra, além de encaminhar a execução dos mesmos;"

A contratação também se alinha ao Plano Estratégico Institucional 2013-2027, sobretudo em seu 15º objetivo: "Ampliar, modernizar e **manter a infraestrutura** física da Universidade"

## 19. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com esta contratação, obter os seguintes benefícios:

- Automatizar, quando possível, os fluxos de trabalho, reduzindo ao máximo a intervenção manual;
- Reduzir retrabalho e inconsistências entre as informações;
- Substituir controles manuais como: planilhas confeccionadas para prestar informações gerenciais às auditorias, órgãos externos e solicitações da gestão;
- Prover todas as informações desejadas sobre as manutenções prediais das edificações do Campus, possibilitando um melhor acompanhamento por parte dos interessados;
- Introdução de práticas consagradas de planejamento e controle de manutenção.
- Implantação de indicadores de desempenho.

## 20. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas necessidades de adequação.

## 21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 21.1. Justificativa da Viabilidade

## 22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EVANDRO JOSE GOMES QUINTINO NEVES**

Membro da comissão de contratação

**MARCILIA VIEIRA DA NOBREGA**

Membro da comissão de contratação

**ELIZABETH ALMEIDA DOS SANTOS**

Equipe de apoio

**MARLUS FILIPE COSTA NUNES**

Equipe de apoio

**ANDRE GUSTAVO BELO CAVALCANTI**

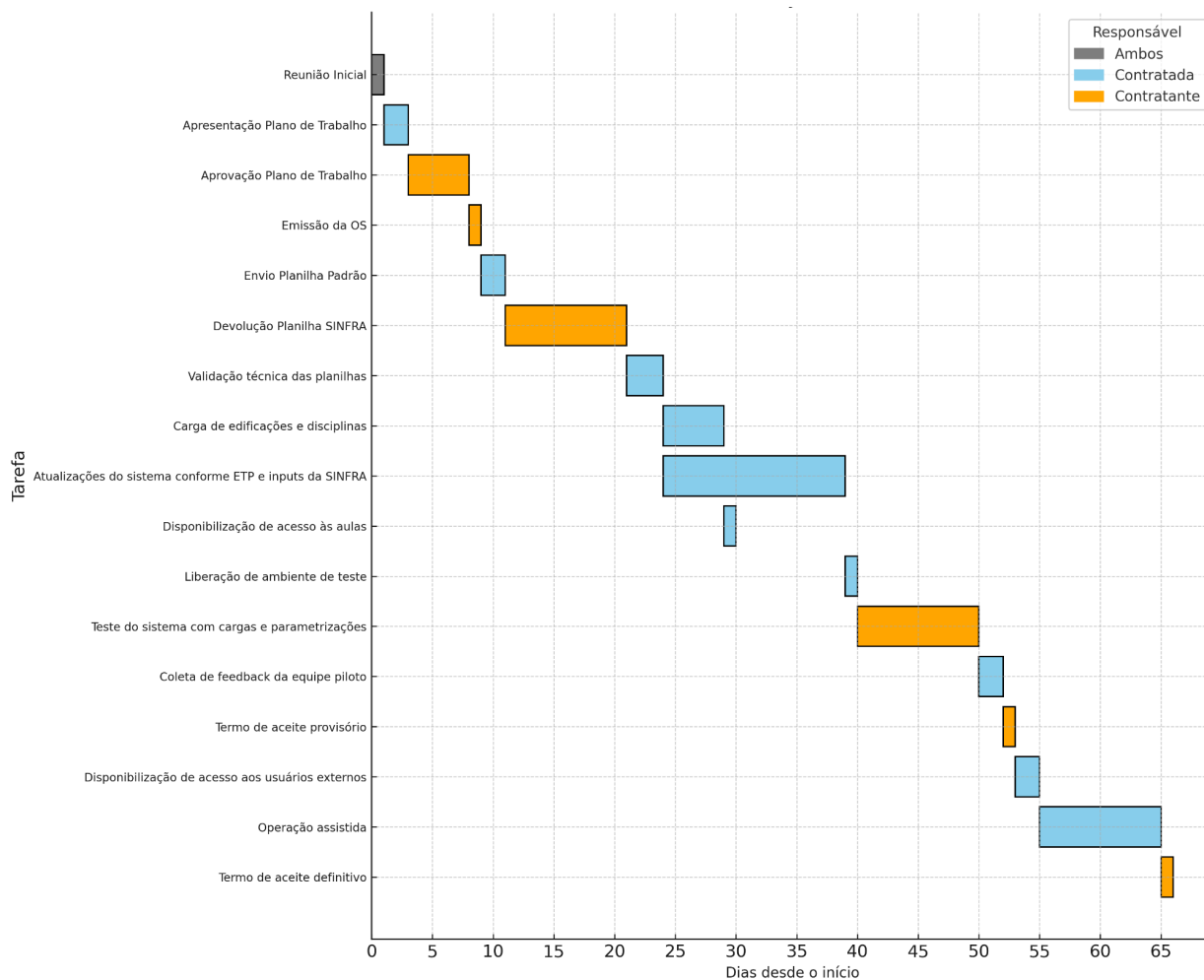
Equipe de apoio





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SINFR

ANEXO II - CRONOGRAMA ESTIMADO





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SINFRA

**ANEXO III - IMR**

**Métricas para Avaliação do Sistema de Gestão de Manutenção Predial**

**Índice de Parada Diária da Solução - IPDS**

**Conceito:** Se houver parada durante o dia (24 horas), a duração da parada (soma) não poderá ser maior que o valor declarado neste índice.

**Propósito:** Garantir que diariamente a solução não pode ficar inacessível por mais que X minutos, durante qualquer dia (24 horas) no mês de apuração.

**Glosa:** Em caso de inadimplência do índice exigido o valor do faturamento mensal correspondente ao período de apuração sofrerá ajuste, de acordo com a tabela abaixo.

IPDS (minutos)	Ajuste na Fatura (Glosa)
$15 > X$	0,00%
$30 > X > 15$	0,50%
$60 \geq X > 30$	1,00%
$X > 60$	1,50%

**Índice de Quantidade de Indisponibilidade Mensal - IQIM**

**Conceito:** A quantidade de indisponibilidade refere-se a quantas vezes o serviço ficou fora do ar, não importando a sua duração ou se o IDS foi ou não violado.

**Propósito:** Contribuir com a garantia que o sistema não fique indisponível para acesso por mais que X dias, durante o mês de apuração.

**Glosa:** Conforme tabela abaixo

IQIM (qtd)	Ajuste na Fatura (Glosa)
$5 \geq X$	0,00%
$10 > X > 5$	0,50%
$15 > X > 10$	1,00%
$X > 15$	1,50%



**Fornecedor:**

**ARKMEDS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS**

**CNPJ: 22.168.141/0001-50**

RUA PROFESSOR JOSÉ VIEIRA DE MENDONÇA 45 LJ 1 E 3,  
ENGENHO NOGUEIRA - CEP: 31.310-260 - BELO HORIZONTE - MG  
Contato/whatsapp (31) 984940840  
E-mail: fabiana.oliveira@arkmeds.com

**Requisitante:**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**Emissão: 04/07/2025**

## Visão geral

A Arkmeds Soluções Tecnológicas é uma empresa mineira, sediada em Belo Horizonte e possui parceiros em todos os estados brasileiros, se tornando nos últimos anos líder de mercado. Tem como pilar principal desenvolver soluções focadas em aumentar a rastreabilidade e controle sobre os ativos hospitalares, promovendo maior confiabilidade e segurança.

## Metodologia Arkmeds

1. Módulo de chamados, incluindo monitor com atualizações em tempo real do andamento dos serviços, bem como o status e alerta para as que estiverem vencendo o prazo de execução.
2. Possibilidade de configurar a permissão de cada usuário através do usuário Administrador.
3. Módulo para controle e execução de ordens de serviço, incluindo assinaturas eletrônicas de documentos.
4. Possibilidade de fornecer logins ilimitados para os setores realizarem chamados e acompanharem os próprios equipamentos e documentos.
5. Módulo Robôs para configuração de relatórios e disparo para diversos e-mails de forma automática.
6. Módulo de planos para elaboração dos cronogramas dos serviços periódicos, podendo ser configurado para abrir automaticamente, de acordo a frequência e ciclo de execução predeterminado.
7. Sistema compatível com as etiquetas de código QR para fácil localização e acesso a ficha vida do equipamento.
8. Aplicativo *mobile offline* com aplicação Android para execução das atividades em campo.
9. Módulo para emissão dos certificados de calibração de acordo com os requisitos mínimos da ISO/IEC 17025.

## Especificações Gerais

A Arkmeds empreenderá esforços, comercialmente, razoáveis para tornar o *SOFTWARE* disponível, no mínimo, 98% (noventa e oito por cento), tendo em vista que o servidor fica armazenado em máquinas da *Amazon Web Services* e por ser uma ferramenta 100% *web*.

Para implantação da tecnologia *Qr Code*, a qual será vinculada a ferramenta para automação de busca das informações, será fornecido pela Contratada o *layout* da etiqueta podendo ser requisitada pelo Contratante em 3 (três) tamanhos distintos (30x20mm, 45x30mm ou 60x40mm).

Para utilização do aplicativo offline, o qual servirá para execução das atividades operacionais quando não houver acesso a rede de internet, será necessário uma aplicação *Android* > 6.0 e *Bluetooth* > 5.0. A ferramenta *web* irá rodar em todos os navegadores, no entanto, recomendamos que seja utilizado o *Google Chrome* para obter maior performance.

## Especificações da Implantação

1. Reunião de alinhamento: será realizada para apresentação do gestor (a) de contas que acompanhará todo o processo de implementação e parametrização. Nesse momento será estruturado o cronograma de treinamentos e realizado um alinhamento entre as partes.
2. Migração do banco de dados: após a criação da base, o banco de dados do Contratante será migrado por completo através de uma planilha de Excel modelo enviada pela Contratada.
3. Execução do cronograma de treinamento: serão disponibilizadas aos usuários videoaulas com conteúdos instrutivos de todos os módulos para que se obtenham conhecimento a respeito da ferramenta e sirva para consultas posteriores. Junto ao gestor (a) da conta, irão alinhar as reuniões consultivas, onde irão parametrizar os fluxos de trabalho e tirar possíveis dúvidas.

## Proposta da Prestação do Serviço

### 1. Setup

Estão previstos custos iniciais.

<b>Investimento Inicial</b> Valor único <b>R\$3.950,00</b>
<b>Infraestrutura</b> (Adaptação do logo e rodapé, migração do banco de dados e servidor)
<b>Treinamento</b> (Acesso ilimitado às videoaulas)
<b>Consultoria</b> (Estruturação e modelagem de processos e procedimentos com o engenheiro consultor)

### 2. Investimento mensal

Estão previstos custos mediante a prestação do serviço.

Serviço	Valor Mensal
<p>Consultoria de estruturação do setor de Engenharia Clínica com incorporação das ferramentas necessárias para aprimoramento da gestão dos setor</p> <p>1 - Profissional especialista em Gestão de Ativos e Manutenção para acompanhamento;                  2 - Sistema para gerenciamento da predial - 40 logins;                  3 - Portal da transparência ilimitado para os setores/unidades;                  4 - Dashboard via BI (business intelligence) para gestão à vista;</p>	<b>R\$3.425,30</b>